



CÂMARA DOS DEPUTADOS.
Comissão Especial sobre o Sistema Portuário Brasileiro
(PL 733/2025)

95 - EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI 733/2025

Emenda que propõe ADITAR o Inciso VI ao texto Art.22, do PL 733/2025 que dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

Aditar o inciso VI ao texto do Art.22, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"VI – Deliberar sobre voto de desconfiança de diretor da Autoridade Portuária quando evidenciados indícios e fundamentadas razões que indiquem incompatibilidade de conduta ou desempenho com os interesses estratégicos e administrativos da instituição, cuja proposição deve ser motivada por relatório circunstanciado dos fatos e das razões que justificam a medida, demonstrando indícios de descumprimento dos deveres inerentes ao cargo, garantido o exercício do contraditório e da ampla defesa."

J U S T I F I C A Ç ã O

A inclusão do inciso "VII" visa consolidar os mecanismos de controle e a transparência na Administração da Autoridade Portuária, reforçando os princípios de boa governança e responsabilização dos gestores. Ao facultar a deliberação sobre o voto de desconfiança do Diretor da Autoridade Portuária, quando existentes indícios e fundamentadas razões que indiquem incompatibilidade de conduta ou desempenho com os interesses estratégicos e administrativos da Instituição, assegura-se que a gestão executiva permaneça alinhada com os objetivos institucionais e que qualquer desvio de conduta ou ineficiência seja prontamente identificado e corrigido.

Esta medida confere ao órgão deliberativo a prerrogativa de avaliar e, quando necessário, tomar providências em situações de possível inadequação do desempenho do Diretor, garantindo que a continuidade administrativa esteja subordinada a padrões de excelência, transparência e eficiência. Assim, o voto de desconfiança atua como um instrumento de verificação e, subsidiariamente, como um mecanismo corretivo, que reflete a confiança e o rigor na condução das políticas e operações da Autoridade Portuária.



Além disso, tal dispositivo reforça a responsabilidade dos dirigentes, estabelecendo que sua permanência no comando depende não só dos resultados operacionais, mas também de uma conduta compatível com os interesses estratégicos e a boa gestão administrativa da Instituição. Dessa forma, o inciso "VII" não só contribui para a proteção do patrimônio público e a consolidação de um ambiente de gestão ética, mas também promove a confiança dos usuários e demais stakeholders na governança da Autoridade Portuária.

A aplicação deste dispositivo assegura, portanto, a integridade do processo decisório e o respeito às melhores práticas de administração pública, configurando-se como uma ferramenta essencial para o aprimoramento contínuo da gestão e para o fortalecimento institucional.

Sala da Comissão, de agosto de 2025
Deputado REIMONT

